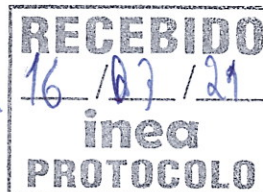


GRADUX



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
Ref.: EDITAL TOMADA DE PREÇOS 03/2020**

DO OBJETO

O objeto da presente **TOMADA DE PREÇOS** consiste em “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRABALHO SOCIOAMBIENTAL NA LOCALIDADE DO RIO IMBUÍ – TERESÓPOLIS**”, conforme especificado e quantificado no Termo de Referência (**Anexo 02**) deste Edital.

GRADUX BRASIL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 23.191.866/0001-22, sediada na Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, sala 301, Stiep, CEP 41770-235, Salvador/Ba, vem a ilustre presença de V.Sª, interpor o presente e necessário

RECURSO ADMINISTRATIVO

Com fulcro no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, **requerendo, desde já, caso não reconsiderada a decisão por V. Sa., que as presentes razões sejam enviadas à análise da Autoridade Hierarquicamente Superior**, face aos motivos que adiante passa a expor e ao final requerer:

1. DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS QUE IMPLICAM NA REFORMA DA DECISÃO NO JULGAMENTO DESTA LICITAÇÃO.

A recorrente foi uma das empresas que disputaram do certame em epígrafe e dele participou na mais estrita observância dos requisitos da lei e do edital e desta forma busca junto a esta douta comissão de licitação a reformulação dos seguintes atos:

Reformular a decisão que Inabilitou a Empresa **GRADUX BRASIL EIRELI**
Reformular a decisão que Habilitou a Empresa **PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI**

De acordo com o posicionamento da comissão de licitações a recorrente foi inabilitada pelos seguintes fatos:

6.4.1-c - Prova de regularidade com a fazenda federal

A inabilitação da recorrente em função do item especificado não procede, pois trata-se de uma **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, qualificada no processo de licitação como tal e amparada pelo artigo 43 da lei complementar 123/2006

Art. 43. *As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para e feito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)*
Produção de efeito

GRADUX BRASIL EIRELI EPP – CNPJ n.º 23.191.866/0001-22

Endereço: Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, sala 301, Stiep, Salvador / BA – CEP 41770-235 – Tel: (71) 3043-9250

E-mail: graduxbrasil@yahoo.com.br

§ 1º *Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

§ 2º *A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.*

A referida certidão foi prontamente apresentada junto com os documentos contidos no ENVELOPE "A" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, posicionada na página 11, com data de validade até 09/02/2021, tendo seus efeitos legais garantidos pela lei 123 no artigo acima citado. Por tanto a recorrente cumpriu fielmente o item 6.4.1. letra c.1 do instrumento convocatório.

Mesmo não tendo mencionado haver ocorrido inabilitação por este item, 'INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS', o mesmo foi citado como não apresentado pela recorrente. Vejamos o que determina o instrumento vinculante:

6.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1- Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a-) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, quando a atividade assim o exigir;

A interpretação dada pela mesa receptora da licitação contraria ao quanto exigido no instrumento convocatório, que claramente diz: **"quando a atividade assim exigir"**!

Observa-se, que na formulação do edital o agente público foi preciso e claro quando ressalva que o registro será quando a atividade exigir. No caso específico da empresa GRADUX BRASIL EIRELI, a sua atividade exige registro no CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO e este documento foi devidamente apresentado, contido nas páginas de 29 a 31 dos documentos de habilitação.

Observa-se que a PORTARIA 464 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, que regulamenta o trabalho social, objeto desta licitação assim define:

5. EQUIPE TÉCNICA

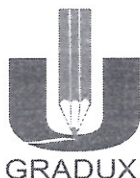
5.1. O Agente Executor do Trabalho Social deverá garantir a qualidade dos serviços prestados por meio da disponibilidade suficiente e necessária de profissionais para composição da equipe técnica.

5.2. A equipe técnica deverá ser multidisciplinar e coordenada por profissional com graduação em nível superior, PREFERENCIALMENTE em

GRADUX BRASIL EIRELI EPP – CNPJ n.º 23.191.866/0001-22

Endereço: Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, sala 301, Stiep, Salvador / BA – CEP 41770-235 – Tel: (71) 3043-9250

E-mail: graduxbrasil@yahoo.com.br



Serviço Social ou Ciências Sociais, com experiência comprovada em ações socioeducativas aplicadas a programas de habitação de interesse social.

Preferencial

pre.fe.ren.ci.al

adj m+f (preferência+al^o) Em que há preferência; que tem condição de preferência
Ação ou efeito de preferir uma pessoa ou coisa a outra; predileção.
Manifestação de agrado, atenção ou distinção relativamente a alguém.
Primazia; prioridade.

Exclusivo

ex.clu.si.vo

adj (excluso+ivo)

Que exclui; que tem força ou direito para excluir.
Incompatível com outra coisa.
Especial, privativo, restrito.

De fato, preferencial ou exclusivo não é a mesma coisa, parecem, mas não são, no caso da preferência há uma negociação, há variáveis, deve-se entender as possibilidades, já na exclusividade ela é taxativa, irrevogável e inegociável,

Observem que o legislador, na PORTARIA 464, propõe uma equipe MULTIDISCIPLINAR e se nesta licitação fosse exigido a exclusividade do CRESS, estaria o agente público excluindo a possibilidade dos demais profissionais, o que tornaria a licitação RESTRITIVA E NULA. Observem ainda, que na PORTARIA 464, a PREFERÊNCIA pela coordenação, recai sobre dois profissionais com formações diferentes SERVIÇO SOCIAL OU CIÊNCIAS SOCIAIS e consequentemente de CONSELHOS DE CLASSES DIFERENTES e caso nesta licitação fosse privilegiado um único conselho de classe, estaria excluindo o outro, por isso mesmo o edital fez a ressalva, "QUANDO A ATIVIDADE ASSIM EXIGIR", e ao desconsiderar esta observação e cobrar a apresentação de um único conselho de classe, a mesa receptora está desrespeitando o próprio instrumento vinculante da licitação.

Vejam decisões do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

GRUPO II - CLASSE VII – Plenário TC-011.155/2015-9 Natureza: Representação

- segundo a representação e o parecer da Secex/BA, haveria ilegalidade na disposição editalícia constante do subitem 5.3.4, inciso I, que exige a comprovação de inscrição exclusivamente no Crea, suprimindo a possibilidade de profissional habilitado junto ao CAU, ou seja, os arquitetos e urbanistas, consoante o art. 2º, XII da Lei 12.378/2010, que atribui a tais profissionais a possibilidade de executar, fiscalizar e conduzir obra, instalação e serviço técnico; por outro lado, o parágrafo único do mesmo dispositivo delimita sua abrangência, ao asseverar que as atividades de que trata este artigo aplicam-se a campos de atuação em setores específicos, sendo eles por exemplo, dentre outros 38, em Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura de Interiores, Arquitetura Paisagística e Patrimônio Histórico Cultural e Artístico.

GRADUX BRASIL EIRELI EPP – CNPJ n.º 23.191.866/0001-22

Endereço: Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, sala 301, Stiep, Salvador / BA – CEP 41770-235 – Tel: (71) 3043-9250

E-mail: graduxbrasil@yahoo.com.br



As Dúvidas acerca das Entidades Profissionais Competentes, com certeza continuaram e serão motivos para muitas Inabilitações, porém o TCU deixou bem claro qual é a linha de raciocínio, ou seja, *“deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação”*. Resta aos pregoeiros e as Comissões de licitação seguir as diretrizes do TCU e sempre optar pela atividade básica ou serviço preponderante.

Acórdão 1884/2015 – Plenário – 07/04/2015 – Relator: Ministro Bruno Dantas

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

Acórdão 5283/2016 2ª Câmara – 10/05/2016 – Relator: Ministro Vital do Rêgo

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

Acórdão 3464/2017 – 2ª Câmara – 25/04/2017 – Ministro André de Cravalho

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/93), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação

Lei 12.378/2010 para quem se, na espécie, inexistente nas atividades da empresa o exercício privativo de químico, não há a obrigação de se registrar no Conselho Regional de Química (CRQ).

Remessa oficial não provida. (REOMS 200036000080898, JUIZ FEDERAL AVIO MOZAR JOSE FERRAZ DE NOVAES, TRF1 - QUINTA TURMA, 14/06/2007) ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. NULIDADE DO CERTAME. - Se a atividade-fim das empresas não as sujeita à inscrição no Conselho Regional de Administração, é nula a licitação que as inabilitou na licitação por falta de apresentação de atestado de capacidade técnica registrado naquele Conselho. - Não cabe exigir registro no Conselho Regional de Administração, porquanto as atividades de limpeza e conservação não se configuram como atividades que se enquadram nas hipóteses da lei que regula a profissão de Administrador. - Desnecessária a apresentação do registro para demonstrar a habilitação técnica das empresas participantes do certame. - Licitação anulada

GRADUX BRASIL EIRELI EPP – CNPJ n.º 23.191.866/0001-22

Endereço: Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, sala 301, Stiep, Salvador / BA – CEP 41770-235 – Tel: (71) 3043-9250

E-mail: graduxbrasil@yahoo.com.br



Assim sendo a empresa GRADUX BRASIL EIRELI EPP, CUMPRIU FIELMENTE todas as determinações do instrumento licitatório em questão.

Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários a Lei das Licitações e Contratos Administrativos", assim se refere em relação aos princípios:

Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art.3º. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre as diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art.3º. Se existir mais de uma solução compatível com ditos princípios, deverá prevalecer aquela que esteja mais de acordo com eles ou que os concretize de modo mais intenso e amplo. (..) O administrador, no curso das licitações, tem de submeter-se a eles. O julgador, ao apreciar conflitos derivados de licitações, encontrará a solução através desses princípios. Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o "princípio da isonomia" imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo. Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes. A douta comissão, se ainda pairar algum tipo de dúvida após a explanação retro, pode usufruir do artigo 43 da Lei 8.666/93: Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: § 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

2 - DA ILEGALIDADE DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Como trazido por Licínia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p.530):

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Sem uma análise criteriosa da documentação, a comissão de licitação declara **HABILITADA** a empresa **PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI**, mesmo havendo a empresa descumprido diversos itens do edital de convocação, vejamos:

GRADUX BRASIL EIRELI EPP – CNPJ n.º 23.191.866/0001-22

Endereço: Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, sala 301, Stiep, Salvador / BA – CEP 41770-235 – Tel: (71) 3043-9250

E-mail: graduxbrasil@yahoo.com.br

6.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a-) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, quando a atividade assim o exigir;

Em flagrante descumprimento às regras do instrumento vinculante, a empresa PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI, **não apresentou nenhuma comprovação de registro a nenhum CONSELHO de ATIVIDADE.**

Resta ainda frisar, que a empresa, sem nenhum vínculo com o edital, pois este **não solicita a indicação de profissional técnico na habilitação**, colaciona aos documentos de licitação, alguns documentos da profissional, TAISA BLANCO DIAS, que nenhum efeito traz ao presente certame, pois não é objeto de solicitação para habilitação e além do mais, esta profissional está contratada na função de ANALISTA DE NEGÓCIO, atividade que não é demandada no projeto aqui licitado, portanto não há justificativa nem efeito a apresentação destes documentos, pois não há vínculo com o presente certame.

Assim sendo, a empresa PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI, não cumpriu as exigências do edital ao não apresentar **NENHUM DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE CONSELHO DE CLASSE** e assim sendo é dever de ofício da comissão de licitação promover a inabilitação desta empresa.

6.10 - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.10.1. Os licitantes deverão apresentar juntamente aos documentos de habilitação proposta de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, na fração máxima de 30% do objeto contratual, sob pena de desclassificação.

6.10.2. As empresas a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes, com a descrição dos serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores. Deve ser apresentada ainda a documentação de regularidade fiscal dessas empresas, na forma das cláusulas 6.2 e 6.6, aplicando-se, em caso de haver alguma restrição nesses documentos, o disposto na cláusula 8.16. A mesma documentação deve ser apresentada ao longo da vigência do contrato, nos seus devidos termos, sob pena de rescisão.

Em um segundo flagrante descumprimento às regras do edital, a empresa PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI, não atendeu ao quanto solicitado no item 6.10.2 do instrumento convocatório, pois não apresentou a indicação, nem a qualificação, nem a documentação de regularidade fiscal das empresas a serem subcontratadas. Ignorando assim todas as exigências deste item.

Portanto mais uma vez a comissão de licitação deveria ter procedido a inabilitação desta empresa e assim não procedeu.

Observem que a exigência é para o LICITANTE, ressalvando que os licitantes que gozam da condição de pequena empresa estão isentos de cumprir tal exigência, e LICITANTE é Todo aquele fornecedor, podendo ser uma pessoa física ou jurídica,

GRADUX BRASIL EIRELI EPP – CNPJ n.º 23.191.866/0001-22

Endereço: Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, sala 301, Stiep, Salvador / BA – CEP 41770-235 – Tel: (71) 3043-9250

E-mail: graduxbrasil@yahoo.com.br



interessado em vender para o governo (prefeituras, Estado, ministérios, estatais) Garantido a igualdade de condições de cada licitação.
Fonte: <https://www.effecti.com.br/o-que-e-um-licitante>.

Portanto, o edital exige de forma inequívoca a apresentação destes documentos no momento da ocorrência da licitação e não depois, pois se assim o fosse, seria exigido apenas ao vencedor contratado. Desta forma a PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI mais uma vez descumpriu a exigência do edital.

"O edital é a lei interna da licitação e "vincula inteiramente a Administração e os proponentes" (Hely Lopes MEIRELES, "Direito Administrativo Brasileiro", 30a ed., SP: Malheiros, p. 283) "

Segue precedente do STJ sobre o tema: ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO.

FASE DE HABILITAÇÃO. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. 1. Se a licitante não demonstrou, da forma prevista no Edital de convocação, o cumprimento dos requisitos relativos à qualificação técnica, não tem direito líquido e certo a ser habilitada no certame. 2. Recurso ordinário a que se nega provimento. (RMS 18.240/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/2006, DJ 30/06/2006, p. 164) assim, revogando-se o efeito suspensivo anteriormente concedido pelo relator, decide-se no sentido de negar provimento ao recurso.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2014

LUCIANO SABOIA RINALDI DE CARVALHO Desembargador Relator

3. DOS PEDIDOS

Diante do exposto a recorrente requer:

- 1- A reconsideração dos atos que inabilitam a empresa GRADUX BRASIL EIRELI EPP.
- 2- Que a empresa GRADUX BRASIL EIRELI EPP, seja declarada habilitada e garantida a sua permanência no certame.
- 3- Que em respeito ao efeito vinculante do instrumento convocatório, especialmente com relação aos flagrantes descumprimentos dos itens: **6.6.1- letra a, bem como o item 6.10.2.** Inabilite empresa PRINTRIO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EIRELI,

Na improvável hipótese de não ser reconsiderada a decisão por Vossa Senhoria, o que não se espera, solicita a Recorrente que as presentes Razões sejam enviadas à análise da Autoridade Hierarquicamente Superior, consoante dispõe o § 4º do Art. 109 da Lei 8.666/93.

GRADUX BRASIL EIRELI EPP – CNPJ n.º 23.191.866/0001-22

Endereço: Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, sala 301, Stiep, Salvador / BA – CEP 41770-235 – Tel: (71) 3043-9250

E-mail: graduxbrasil@yahoo.com.br



Nesses termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021



JOSÉ ESTÊVÃO DOS SANTOS BARBOSA
GRADUX BRASIL EIRELI EPP (CNPJ nº 23.191.866/0001-22)
CPF nº 092.497.535-00 / RG nº 01973796-30 SSP/BA
Representante legal / Diretor geral

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.
CORREIA DIAS, Lúcia Rossi. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva: Saraiva, 2015
PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2001.

GRADUX BRASIL EIRELI EPP – CNPJ n.º 23.191.866/0001-22

Endereço: Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, sala 301, Stiep, Salvador / BA – CEP 41770-235 – Tel:

(71) 3043-9250

E-mail: graduxbrasil@yahoo.com.br